



**MINISTÉRIO
PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL
DA REPÚBLICA

ARQUIVO HISTÓRICO

PT/AHPGR/PGR/05/04/05/103

Parecer do Procurador-Geral da Coroa, José Cupertino de Aguiar Ottolini. Perante a criação de um tribunal especial em Luanda para julgar os navios apresados no mar por se dedicarem ao tráfico de escravos, reflete sobre a consequência que uma sentença condenatória proferida nesse tribunal poderá ter no julgamento subsequente, em tribunal ordinário, dos capitães, mestres, pilotos, marinheiros ou passageiros desses navios.

21 de janeiro de 1848

N.º 1386

Marinha

Em cumprimento da Portaria do Ministerio da Marinha de 15 de Janeiro de 1848 ácerca do Officio do Ministerio dos Estrangeiros sobre as Sentenças proferidas em Loanda pelo Navio Brasileiro Lealdade = capturado por negreiro.

Senhora

O Decreto de 14 de Setembro de 1844 creou duas jurisdições distintas e separadas, huma para o julgamento das Embarcações apresadas no mar pelo trafico da Escravatura, e cometeu esta ao Tribunal Especial instituido na Cidade de Loanda digo de São Paulo de Loanda, outra para o Julgamento dos Capitaens, Mestres, Pilotos, Marinheiros, e Passageiros das referidas

Embarçaõens, a qual attribuo ao Juiz de Direito da Comarca em primeira Instancia, e à Relação de Lisboa em segunda. He manifesto na prezença do Artigo 6 do citado Decreto que a Sentença condemnatoria da preza proferida pelo Tribunal extraordinario tem o effeito de sugeitar os reos implicados no crime á accuzação criminal, que sem a precedencia d'aquelle requezo não podia caber, não he porem certo que produza a necessaria, e obrigada comdemnação dos mesmos reos no Juizo ordinario em que são processados, e accuzados. Reconheço a gravidade e difficuldade do ponto, inclino-me todavia a pensar que se a Sentença condemnatoria do Tribunal das Prezas merece ter grande influencia moral no processo da accuzação, não tem contudo a força legal para impor aos Juizes a obrigação de comdemnar os reos na accuzação de que elles proprios conhecem, e as razoes em que assenta este meu juizo são as seguintes. Pelos principios de Direito so as Sentenças passadas em julgado tem força de verdade que não pode deixar de ser respeitada em todos os Juizos, mas as Sentenças só gozão dos foros de cazo julgado no objecto restricto que decidirão e para as partes entre as quaes forão proferidas, e não nos fundamentos que invocarão. Segue-se logo que a Sentença comdemnatoria do Tribunal de Prezas creado pelo Decreto de 14 de Setembro de 1844 não importa verdade judiciaria absoluta mas simplesmente relativa ao ponto particular da comdemnação e perda do Navio apresado que he o objecto decedido. He só nesta comdemnação que a Sentença tem autoridade de cazo julgado que constitue a verdade legal para não poder mais ser posta em duvida: mas não he a Lei dos outros Juizes nos pontos submetidos á sua jurisdicção, porque não ha dispozicção expressa do Legislador que lhe dê este character, como cumpria para o ter, nem pode prejudicar a livre discussão e decizão que a Lei suppoem no processo criminal que manda instaurar contra os reos encontrados a bordo dos Navios condemnados. Nos termos do Artigo 5 do predito Decreto de 14 de Setembro de 1844 o Tribunal das Prezas segue no seu julgamento a fórma

do processo estabelecida no Anexo B. do Tractado de 3 de Julho de 1842, e na conformidade do artigo 4 deste anexo, não ha necessidade de audiencia, e defeza de todos os Marinheiros, e mais indeviduos encontrados a bordo do Navio apprehendido, bastando somente o exame dos papeis da Embarcação, e os depoimentos do Capitão ou Mestre, e de alguns dos principaes indeviduos de bordo. Não se conforma pois com os principios de justiça, nem com as regras de Direito que estes reos recebem a necessaria condemnação da Sentença que julgou a preza para que não forão ouvidos com a sua defeza, e em que não forão partes. Pelo Artigo 6 do mencionado Decreto os indeviduos encontrados a bordo dos Navios julgados boas prezas pelo trafico da Escravatura são mandados entregar ao Juiz de Direito da Comarca para os Sentenciar e punir na conformidade da Lei. Exige portanto expressamente a Lei, nova Sentença proferida pelo Juiz de Direito da Comarca com recurso para a Relação de Lisboa, e toda a Sentença suppoem juizo livre, apenas subordinado ás Leis e provas para a condemnação, ou absolvição. He principio certo de Direito claramente consignado na Lei 37 ff de Regulis Juris que ao poder de condemnar está sempre annexa a faculdade de absolver, e sem mui clara, e terminante disposição de Lei não se pode considerar os Juizes Ordinarios de primeira e segunda instancia apenas munidos da autoridade para condemnar os reos accusados nestes processos. Nos termos das Leis, aos Juizes criminaes incumbe o dever de vereficar o crime, e a culpabilidade dos reos accusados para lhes applicar a pena correspondente, a sua jurisdição comprehende todos estes pontos, e para se julgar limitada na accuzação dos crimes digo dos criminozos pelo trafico da Escravatura, cumpria que a Lei expressamente declarasse a restricção, declaração que se não encontra no Decreto de 14 de Setembro de 1844. Segundo a disposição do Artigo 6 do citado Decreto a Sentença condemnatoria do Tribunal das Prezas serve de Corpo de delicto no processo criminal contra os reos; sobre elle se ha de prestar a querella

publica instaurar-se o sumario da culpa, seguirem-se todos os mais termos da accuzação e defeza ordinaria para se proferirem duas Sentenças, huma na proxima digo na primeira, outra na segunda instancia: mas todos estes actos serão inteiramente inuteis, e occiozos, não passarião de mera ficção sem realidade se a condemnação dos reos fosse necessaria, se os juizes fossem obrigados a seguir a decizão da Sentença do Tribunal Especial, e não se pode facilmente suppor do Legislador que ordenasse tão grande aparato judicial sem nenhum fim. Julgado provado o crime do trafico da Escravatura pela Sentença, que condemnou os Navios, nenhuma defeza podia caber aos Capitaens, Mestres, Pilotos dos mesmos Navios, e aos mais indeviduos nelle encontrados a sua condemnação seria forçosa, mas toda a accuzação criminal suppoem necessariamente a apprezentação das provas por ambos os lados, a ampla discussão d'ellas entre as partes e a livre decizão dos Juizes com a unica dependencia da força das provas, e das disposições das Leis. O Tribunal Especial creado na Cidade de Loanda não he infalivel, pode cahir em erro na Sentença da preza a que a Lei não dá o character de verdade, se não na condemnação do Navio: ainda depois desta Sentença os reos podem ter ou adquirir provas que excluão o delicto, e mostrem a sua innocencia, e não se compadece com a boa justiça que sejam inhibidos de as fazer valer em sua defeza na accuzação contra elles proposta, e que por lhes não poderem ser attendidas soffrão a pena do delicto que não cometerão. O Decreto de 14 de Setembro de 1844 não attribue á Sentença condemnatoria do Tribunal Extraordinario das Prezas força de Lei, ordenando que em ella se conformem os Juizes Ordinarios nos objectos da sua competencia, como fez o Legislador no artigo 5.º § 2 da Lei de 19 de Dezembro de 1843 a respeito da Sentença do Supremo Tribunal de Justiça proferida na segunda Instancia digo na segunda revista: determinou tão somente que aquella Sentença fizesse as vezes de Corpo de delicto na accuzação criminal, mas como em todas as accuzaçoens he licito aos reos discutir, e impugnar, e destruir o

Corpo de delicto, não lhes pode ser nesta desconhecido igual direito. Se o Artigo 6 do dito Decreto manda entregar os reos aos Juizes de Direito para os punir na conformidade das Leis, tambem lhos manda entregar para os Sentenciar: a punição portanto que este artigo exprime, suppoem a precedencia da Sentença condemnatoria pronunciada segundo as Leis, quando os reos se mostrarem pelo processo convencidos do crime, e aquella frase da Lei não a julgo bastante para indicar contra as regras geraes de Direito a necessidade de comdemnação. De todas estas razoes deduzo que os Juizes de Direito de primeira, e segunda Instancia no julgamento dos reos do trafico da Escravatura não estão adstrictos a conformar-se com a opinião do Tribunal que condemnou a Embarcação, nem tem a necessidade legal de seguir a sua decizão. Reconheço os inconvenientes que rezultão da contradicção das Sentenças d'estes diversos Juizos, que torna duvidoza a fé, e verdade da Justiça, e que pode dar fundamento a reclamaçoens, mas he ella o rezultado da separação das jurisdicçoens em pontos tão connexos, e maior inconveniente me parece o desprezo dos principios de direito e das regras da Justiça ja expostas, e cujo desvio não se pode facilmente presumir nas Leis sem disposição explicita, e clara. Isto posto entendo que se não pode atribuir culpa ao Juiz de Direito da Comarca de Loanda porque na Sentença que julgou o Capitão e mais trez homens do Navio Brasileiro Lealdade apprehendido pela Curveta Portugueza = Relampago = se affastou dos principios seguidos na Sentença pelo Tribunal Extraordinario, e não se conformou com a mesma Sentença absolvendo os reos quando a Embarcação fôra comdemnada. Se são exactos os fundamentos invocados pelo Juiz de Direito na Sentença, a decizão parece-me justa, porque na falta de Tractado com o Imperio do Brazil para a repressão do trafico da Escravatura, a autoridade e jurisdicção da Soberania destes Reinos não podia ser exercida fóra dos mares, que segundo os principios do Direito das Gentes são reconhecidos como territoriaes. Se porem são inexactos, ou falsos os

fundamentos tomados na Sentença, o Juiz de Direito que a proferio commetteu erro, mas para a emenda destes erros he que a Lei creou o recurso d'estas Sentenças. Ao respectivo Agente do Ministerio Publico incumbia pois, interpor logo a appellação da dita Sentença e se o não fez em tempo proprio, deve agora usar deste recurso, invocando contra o lapso do tempo o beneficio de restituição que compete ao Estado, e por meio do qual se podem interpor e apresentar os recursos fóra dos prazos legaes. N'estes termos parece-me que se deve ordenar ao Delegado do Procurador Regio na Comarca de Loanda que invocando o mencionado beneficio de restituição interponha logo o recurso de appellação daquella Sentença e promova os mais termos convenientes para o processo subir á Relação de Lisboa a fim de neste Tribunal ser confirmada, ou revogada a Sentença como se mostrar de direito e justiça. He quanto se me offerece dizer sobre este objecto em cumprimento da Portaria do Ministerio da Marinha de 15 do corrente mez. Vossa Magestade porem Rezolverá o mais justo. Procuradoria Geral da Coroa
21 de Janeiro de 1848

O Procurador Geral da Coroa

Joze de Cupertino d'Aguiar Ottolini.

Pode aceder ao registo arquivístico [aqui](#).